

## ESP-PENITENCIARIA FEMININA DE MOGI GUACU

## Edital 7/2026

## Informações Básicas

| Número do artefato | UASG  | Editado por                                   | Atualizado em            |
|--------------------|---|---|--------------------------|
| 7/2026             | 380267-ESP-PENITENCIARIA FEMININA DE MOGI GUACU | MARCELA PELUQUE DE CAMPOS MARTINATTI OLIVEIRA | 18/06/2026 13:55 (v 0.3) |
| Status             | ASSINADO  |   |                          |

## Outras informações

| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo |                       | 006.00263264/23026-51   |

## 1. Pregão Eletrônico

90006/2026

## CONTRATANTE (UASG)

380267

## OBJETO

*Aquisição de itens para reforma estrutural da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu .*

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$46.510,94 (Quarenta e seis mil, quinhentos e dez reais e noventa e quatro centavos)**

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 01/07/2026 às 08:30hrs (horário de Brasília)

## **Critério de Julgamento:**

*[menor preço]*

## **Modo de disputa:**

*[aberto]*

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**

## **2. Sumário**

1. DO OBJETO.. 4
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 10
7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 15
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 21
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 23
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 24

11. DOS RECURSOS. 25
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 26
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 30
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 30

### **3. Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

(Processo Administrativo nº 006.00263264/2026-51)

Torna-se público que o(a) Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu), por meio do(a) Seção de Finanças e Suprimentos sediado(a) Rodovia Vicinal Vice Governador Almino Monteiro Alvarez Affonso, km 14.5- Bairro Martinho Prado Júnior- Mogi Guaçu/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

### **4. Do Objeto**

- 4.1. O objeto da presente licitação é aquisição de itens para reforma para atender as necessidades da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 4.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

### **5. Da Participação na Licitação**

- 5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 5.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 5.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 5.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 5.5. Não poderão disputar esta licitação:
  - 5.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
  - 5.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 5.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 5.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 5.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 6. Propostas e Documentos de Habilitação

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 6.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição [Federal](#);
- 6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de

2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

6.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.6. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.8. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

6.9. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

6.10. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que p

## 7. Preenchimento da Proposta

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

7.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

7.7. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

- 7.8. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 7.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120(cento e vinte ) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 7.12. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8. Sessão, Classificação e Lances**

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$0,05 (cinco centavos).
- 8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 8.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.16. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 8.19. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 8.23. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação; avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 8.24. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.25. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.26. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.26.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 8.26.2. empresas brasileiras;
- 8.26.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.26.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.27. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.28. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.30. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
- 8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.32. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.33. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.34. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 8.35. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. Fase de Julgamento

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. Sicaf;
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 9.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 9.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 9.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

9.1.7.Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

9.1.8.Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.1.9.Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.1.10.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

9.7. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

9.10.Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.10.1. conter vícios insanáveis;

9.10.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

9.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

9.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

9.11. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

9.12. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove;*

9.12.1.*que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

9.12.2.*inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

9.13. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.15.O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.16.Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.17.Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 10. Fase de Habilitação

10.1.Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 10.2.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 10.3.Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e
- 10.4.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.5.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 10.6.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.7.Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.8.Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.9.O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.10.A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.10.11.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 10.11.É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 10.12.A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 10.13.A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.14.Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 10.15.A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 10.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 10.17.1.complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 10.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.17.3. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.17.4.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.
- 10.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

## 11. Ata de Registro de Preços

11.1.A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 12. Dos Recursos

12.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2.o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8.O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados conforme solicitação pelo correio : [financas@pfmogiguacu.sap.sp.gov.br](mailto:financas@pfmogiguacu.sap.sp.gov.br).

## 13. Infrações Administrativas e Sanções

13.1.Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

13.1.1.der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2.der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3.der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4.deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

13.1.5.salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

13.1.5.1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.5.2.recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5.3.pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.5.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.5.5.recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

13.1.5.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5.7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.5.8.fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.6.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2.induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.6.4.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2.Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1.advertência;

13.2.3.multa;

13.2.4.impedimento de licitar e contratar; e

13.2.5.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3.Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2.as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

*13.4.A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

13.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

13.6.Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7.A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.10.A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

13.13.Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.15.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

13.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

13.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## 14. Impugnação e Pedido de Esclarecimento

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo correio eletrônico: [financas@pfmoguacu.sp.gov.br](mailto:financas@pfmoguacu.sp.gov.br).

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

14.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema* sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

14.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

14.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 15. Das Disposições Gerais

15.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

15.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item;

15.3. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

15.4. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

15.5. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

15.6. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

15.7. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

15.8. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

15.8.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

15.9. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.9.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

15.9.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

15.9.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

15.10. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.11. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.12. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

15.14. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.15. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.16. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.17. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

15.18. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.20. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.20.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão

15.20.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 15.21. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.
- 15.22. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 15.23. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no correio eletrônico: [financas@pfmogiguacu.sap.sp.gov.br](mailto:financas@pfmogiguacu.sap.sp.gov.br), conforme solicitação.
- 15.24. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 15.25. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 15.25.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 15.25.2. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
- 15.25.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 15.25.4. ANEXO III – [Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável];

*Mogi Guaçu, 18 de ju de 2026.*

***Edinaldo Francisco Manguiera da Silva***

***Autoridade Competente***

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EDINALDO FRANCISCO MANGUEIRA DA SILVA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 13:55:07.*

## ESP-PENITENCIARIA FEMININA DE MOGI GUACU

## Termo de Referência 14/2026

## Informações Básicas

| Número do artefato | UASG  | Editado por                                   | Atualizado em            |
|--------------------|---|---|--------------------------|
| 14/2026            | 380267-ESP-PENITENCIARIA FEMININA DE MOGI GUACU | MARCELA PELUQUE DE CAMPOS MARTINATTI OLIVEIRA | 18/06/2026 13:53 (v 0.5) |
| Status             | ASSINADO  |   |                          |

## Outras informações

| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo |                       | 006.00263264/2026-51    |

## 1. Condições Gerais da Contratação

1.1. Aquisição de itens para reforma estrutural , destinados ao atendimento das necessidades da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu e Mogi Mirim, conforme especificações constantes na tabela ANEXA, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, com subdivisão por itens que integram o presente instrumento.

1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como *comuns*, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

## Subcontratação

1.7. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. Fundamentação e Necessidade

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação NÃO está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

### **3. Solução como um todo**

#### **3. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. Requisitos da Contratação**

#### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Embalagens reduzidas;

#### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. Modelo de Execução do Objeto**

#### **Condições de Entrega**

5.1. As entregas serão ÚNICAS e imediatas devendo obedecer o prazo de entregas de 07(sete) dias após emissão do empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s) :

5.3.1. Rodovia Vice Governador Almino Monteiro Alvarez Afonso, km 14,5- Bairro: Martinho Prado Júnior- Mogi Guaçu -SP- cep 13.855-017.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



## **6. Modelo de Gestão do Contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

*6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).*

6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

## **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

### **Gestor do Contrato**

6.15. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de Medição e Pagamento**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária **em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.**

7.20. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–

CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Formas e Critérios Seleção do Fornecedor**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega única e imediata, devendo obedecer o prazo máximo de 07 (sete) dias após emissão do empenho.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### **Habilitação jurídica**

**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.7. Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Técnica**

8.20. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.21. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.22. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.23. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do (s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

### **9. Estimativas do Valor da Contratação**

O valor estimado total da contratação é de R\$ 46.510,94 (Quarenta e seis mil, quinhentos e dez reais e noventa e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

### **10. Adequação Orçamentária**

*As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.*

*No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:*

- I. *Gestão/Unidade: 00001/380267- Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu;*
- II. *Fonte de Recursos: 150010001;*
- III. *Programa de Trabalho: 380308;*
- IV. *Elemento de Despesa: 339030;*

*Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

*Mogi Guaçu, 18 de junho de 2026.*

## **11. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELA PELUQUE DE CAMPOS MARTINATTI OLIVEIRA**

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 07:44:38.

**EDINALDO FRANCISCO MANGUEIRA DA SILVA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 13:53:55.





## MATERIAIS DE ALVENARIA PARA REFORMA - AUTOMAÇÃO

| ORD. | DESCRIÇÃO   | UNI. FOR.              | QTDE | VALOR UN.  | TOTAL        |
|------|---|------------------------|------|------------|--------------|
| 1    | Bucha c/ parafuso de aço carbono com acabamento zincado, sextavado, rosca total soberba, com diâmetro de 3,9 mm, medindo 45mm de comprimento, com bucha de poliamida, número s 8  | Caixa com 100 Unidade  | 1    | R\$ 29,05  | R\$ 29,05    |
| 2    | Abracadeira; Tipo "d"; Com Dimensoes de 1 Polegada; Fabricada Em Aco Galvanizado; Cor Metalica Natural; Com Parafuso, para Fixacao de Eletroduto;   | Unidade                | 50   | R\$ 1,00   | R\$ 50,00    |
| 3    | Condulete; Multiplo, Tipo X; Em Aluminio Injetado; Categoria Iv; para Eletroduto de Diametro 1" Polegada; Com Vedação; Tampoes Apropriados e Espelho Cego; Medindo Aproximadamente 56x130x56 Mm; Acabamento Polido; Conector do Tipo Unidut Conico,acompanha 3 Conectores Tipo Unidut Conico 1";  | Unidade                | 50   | R\$ 39,95  | R\$ 1.997,50 |
| 4    | Conector Multiplo; Conico; para Caixa de Derivacao e Passagem; Longo,de Aluminio; Medida de 01 Polegada, Sendo Um Lado Com Rosca Bspe Um Com 01 Parafuso para Fixacao do Eletroduto;  | Unidade                | 30   | R\$ 7,29   | R\$ 218,70   |
| 5    | Curva para tubulacao eletrica, de ferro galvanizado a quente, rosca bsp conforme nbr/abnt aplicavel vigente, para ser utilizado em tubulacoes de instalacoes eletricas, com bitola de 1", formando um angulo de 90 graus  | Unidade                | 30   | R\$ 29,50  | R\$ 885,00   |
| 6    | Tubo; Em Aco; Flexivel; Sealtubo; Diametro Nominal de 1 Polegada; Na Cor Preta;   | Rolo 30 metros         | 1    | R\$ 931,50 | R\$ 931,50   |
| 7    | Eletroduto de aco-carbono com rosca bsp dn 25, revestido de zinco por imersao a quente, com solda longitudinal, conforme nbr 5598   | Barra 3 Metros         | 50   | R\$ 75,55  | R\$ 3.777,50 |
| 8    | Cabo de Fibra Optica; para Interligacao de Equipamentos Opticos; Utilizado Em Ambiente Interno/externo; Com Fibra Tipo Drop Composto Por Fibras Opticas Monomodo Bli Itu-t 657 A/b Proof-test 100kpsi Lszh; Taxa de Transmissao de 10 Gbps; Com 1 Fibra Revestidas Por Material Sintetico Dieletrico para Suporte Mecanico/tracao; Norma Nbr 14772, Certificado Anatel; | Bobina com 1000 metros | 1    | R\$ 624,00 | R\$ 624,00   |



|    |  |                      |     |              |              |
|----|--|----------------------|-----|--------------|--------------|
| 9  | Cabo Par Trancado; Cabo Utp Cat6; Cabo 100% Cobre, P/sistemas Cabeamento Estruturado P/ Trafego de Dados, Voz/imagem; Sem Blindagem, Na Cor Branca, Com Marcacao Externametro a Metro; Capa Externa Em Pvc Anti-chama Comclassificacao Cm24 Awg; 4 Pares; Taxa de Transmissao 250 Mhz; Norma Ansi/eia/tia 568-b.2-1 e Certificacao Anatel, Fornecido Em Caixa Tipo Fast Box;   | Caixa com 305 metros | 1   | R\$ 1.752,00 | R\$ 1.752,00 |
| 10 | Conectores; para Redes de Alta Performance; Modelo Rj-45 Cat-6 Macho, 8 Vias, Diâmetro do Condutor: 26 a 22 Awg, Tipo de Cabo: U/utp Cat.6; Fcc 68.5 (emi - Interferência Eletromagnética).cor: Transparente; Material do Corpo do Produto Em Termoplástico Nãoopropagante a Chama UI 94v-0 Até UI 94v-2; Norma Compatível Com Os Padrões de Montagem T568a e T568b; Vias de Contato Produzidas Em Bronze Fosforoso; Compatível Com Cabo Com Camadas de Micrômetros de Níquel e Micrômetrosde Ouro, Temperatura de Operação (°c) : -10°c a +; Garantia Contra Defeitos de Fabricacao;  | Unidade              | 200 | R\$ 5,00     | R\$ 1.000,00 |
| 11 | Switch; Interconexao de Computadores Em Rede Local; Tipo de Borda, Throughput de Ao Menos 14 Mpps e Capacidade de Switching de 20 Gbps, Gerenciavel;; Fonte Bivolt Automatico; Monitoramento Snmp V1,v2c e V3. Interface Graficade Gerenciamento; Com 08 Portas Rj45 10/100/1000 Poe Ieee 802.3af Com Auto Negociacao de Velocidade e Cabo Auto-mdi/mdix; Com Controle de Fluxo Ieee 802.3x, Jumbo Frames, Agregacao de Links Em Lacp, Controle de Broadcast; Ipv4, Ipv6, Qos, Vlans, Stp, Rstp, Mstp, Ntp, Dhcp Snooping; Leds de Sinalizacao para Status; Garantia 12 Meses, Tipo Balcao; Com Manual Tecnico; Com Cabo de Alimentacao; | Unidade              | 2   | R\$ 1.786,07 | R\$ 3.572,14 |
| 12 | Automatizador; para Portoes Deslizantes, Entrada e Saída de Veículos, Auto Fluxo; 110v /220v; 3/4 Hp, Trifasico, C/central Inversora de Frequencia P/motor de Inducao C/transmissorCodigo Rolante; Tempo de Abertura/fechamento (3 Metros) 4 Seg. (z17); Rotação do Motor 5800 Rpm, Fim de Curso: Híbrido (analógico e Digital), Engrenagem Externa; Acompanha 03 (três) Cremalheira Barra Industrialde 1,50m e 20 (vinte) Controles Remoto; Prazo de Garantia 12 Meses, Com Certificacao Inmetro;   | Unidade              | 2   | R\$ 2.742,00 | R\$ 5.484,00 |
| 13 | Chapa de Acrílico; Com Espessura de 2mm; Medindo 2x1 Metros (cxl); Transparente;   | Unidade              | 1   | R\$ 785,35   | R\$ 785,35   |



|    |   |            |     |            |              |
|----|---|------------|-----|------------|--------------|
| 14 | Cimento Portland Composto (cp li-e); Composto de Escoria Granulada de Alto Forno; Com Resistencia de 32 Mpa; Faixa de Porcent. Em Peso de Clinquer+sulf.calcio 94-56%; e Faixa de Porcentagem Em Peso de Escoria de 6-34%; C/ Faixa de Porcentagem de Material Carbonatico de 0-10%; Embalagem Em Sacos de Papel Tipo "kraft"; Com Limite de Porcentagem de Residuo Insolavel Menor Ou Igual a 2,5%; Com Limite de Porcentagem de Perda Ao Fogo Menor Ou Igual a 6,5%; Com Limite de Porcentagem de Oxido de Magnésio Menor Ou Igual a 6,5%; Com Limite de Porcentagem de Trioxido de Enxofre Menor Ou Igual a 4%; Com Limite de Porcentagem de Anidrido Carbonico Menor Ou Igual a 5%; Com Limite de Tempo de Fim de Pega Menor Ou Igual a 10 Horas; Limite de Expansibilidade a Frio/quente Menor Ou Igual a 5 Mm; Limite de Tempo de Inicio de Pega Menor Ou Igual a 1 Hora; Normatizacao Conforme Nbr 11578, Eb 208, Mb-1153; | Saco 50 KG | 150 | R\$ 44,89  | R\$ 6.733,50 |
| 15 | Arame; Em Aço Atc 1065/1070; Numero para Fabricação de Molas, Com Alta Resistência Mecânica; Com Diametro de 2,00 Mm; Conforme Norma Abnt Nbr 5589;   | Quilo      | 5   | R\$ 42,00  | R\$ 210,00   |
| 16 | Barra chata; de aço carbono astm a - 36; com dimensoes de 2" x 1/2"; para ser utilizado em serralheria; comprimento de 6 metros   | Unidade    | 2   | R\$ 276,25 | R\$ 552,50   |
| 17 | Barra Chata; de Aço Carbono Sae 1020; Medindo 3/8" x 1"; para Ser Utilizada Serralheria; Comprimento de 6,0 M;  | Unidade    | 2   | R\$ 126,74 | R\$ 253,48   |
| 18 | Barra Chata; de Ferro; Medindo 1" x 3/16" (25,40 x 4,76 Mm); para Ser Utilizada Na Confecção de Janelas; Comprimento de 6,0 Metros;   | Unidade    | 4   | R\$ 55,99  | R\$ 223,96   |
| 19 | Barra Chata; de Ferro; Medindo 2" x 3/8" (50,80 x 9,52 Mm); para Ser Utilizada Na Confecção de Peças, Grades; Comprimento de 6,0 Metros;  | Unidade    | 12  | R\$ 224,50 | R\$ 2.694,00 |
| 20 | Barra Macica Metais Ferrosos; de Aço 1020; Com Formato Redondo; do Tipo Lisa; Com Comprimento de 6 Metros; Com Dimensoes de 7/8 Polegada; Devendo Ser Entregue Trefilado  | Unidade    | 2   | R\$ 189,65 | R\$ 379,30   |
| 21 | Barra Macica Metais Ferrosos; de Aço Sae-1045; Com Formato Redondo; do Tipo Barra, Trefilada; Com Comprimento de 6 Metros; Com Dimensoes de Diametro 3/4 Pol.; Devendo Ser Entregue Natural; para Ser Utilizada Em Uso Geral;   | Unidade    | 2   | R\$ 202,00 | R\$ 404,00   |
| 22 | Barra Macica Metais Ferrosos; de Aço Sae 1045; Com Formato Redonda; do Tipo Lisa; Com Comprimento de 6,00 M; Com Dimensoes de 1"; Devendo Ser Entregue Trefilada; para Ser Utilizada Em Usinagem;   | Unidade    | 2   | R\$ 269,60 | R\$ 539,20   |



|    |   |           |    |            |              |
|----|---|-----------|----|------------|--------------|
| 23 | Cantoneira de Abas Iguais; de Aço 1010/1020; Medindo 22,2 Mm x 3,17 Mm (7/8" x 1/8"); para Ser Utilizada Em Serralheria;  | Unidade   | 4  | R\$ 62,90  | R\$ 251,60   |
| 24 | Chapa de Aço; Em Aço Sae 1020; Med. 2,60 x 1,00 M; Com 3,17mm (1/8"); Isenta de Riscos; Lisa;   | Unidade   | 3  | R\$ 568,98 | R\$ 1.706,94 |
| 25 | Chapa de ferro; med. 2,0 x 1,0 m; c/ espessura de 1,90 mm chapa 14; modelo lamina fina a quente; lisa   | Unidade   | 3  | R\$ 315,30 | R\$ 945,90   |
| 26 | Disco lixa; de oxido de aluminio; com diametro de 114,3 mm (4 1/2"); com diametro do furo central de 22,22 mm (7/8"); do tipo seco, com espessura de 1,6 mm; com granulometria número com reforço de 2 telas; para desbaste de corte de acos inoxidaveis em geral e acos e suas ligas | Unidade   | 30 | R\$ 5,49   | R\$ 164,70   |
| 27 | Disco para lixadeira; disco de corte de oxido de aluminio p/materiais ferrosos e nao ferrosos, c/laterais raiadas.; 7" x 1/16" x 7/8" - grana: 30; para lixadeiras angulares  | Unidade   | 50 | R\$ 7,30   | R\$ 365,00   |
| 28 | Disco para Lixadeira; Disco de Desbaste de Oxido de Aluminio, para Aço Inox e Aço Carbono, com 4 Telas de Proteção; Medindo 7" x 1/4" x 7/8" - Grana: 24; para Esmerilhadeira Angular;  | Unidade   | 50 | R\$ 8,90   | R\$ 445,00   |
| 29 | Eletrodo de solda; carbono 0,06%, silício 0,3%, manganês 0,5%; diametro de 2,5mm, tipo vareta, 350mm comprimento; posicao para soldagem todas, embalagem em caixa; para soldagem de aço baixo e medio carbono - awsa5.1-e6013   | Quilo     | 15 | R\$ 30,00  | R\$ 450,00   |
| 30 | Eletrodo de solda; composto de carbono 0,06%, silício 0,3%, manganês 0,5%; diametro 3,25mm, comprimento 350mm; tipo vareta; para soldagem em acos estruturais   | Quilo     | 15 | R\$ 30,79  | R\$ 461,85   |
| 31 | Fundo Isolante para Pintura; a Base de Resinas Alquídicas Semi-secativas, Pigmentos, Cargas Inertes, Solventes, Não Contem Benzeno; para Ser Utilizado Em Materiais Ferrosos; Na Cor Laranja; Rendimento Mínimo de 30m²; de Acordo com a Nbr 11702 de 07/10 Tipo 4.1.2.2;             | Galão 3.6 | 3  | R\$ 73,73  | R\$ 221,19   |
| 32 | Perfil U; de Aço Sae 1010/1020; Com Espessura de 2,65 Mm; Com Dimensoes de 100 x 50 Mm; Devendo Ser Entregue Enrijecido; Com Comprimento de 6 Metros;   | Unidade   | 4  | R\$ 252,72 | R\$ 1.010,88 |
| 33 | Rebolo; Tipo 27, Disco de Desbaste; Medindo 7" x 1/4" x 7/8"; Grao Abrasivo Oxido de Aluminio; Conforme Nbr 15230; para Desbaste de Metais Ferrosos; Com Validade de 1 Ano a Partir do Recebimento;   | Unidade   | 25 | R\$ 8,90   | R\$ 222,50   |



|    |  |                  |    |              |                      |
|----|--|------------------|----|--------------|----------------------|
| 34 | Rebolo; tipo 41 - disco de corte; 7" x 1/8" x 7/8" (180,0 x 3,2 x 22,2 mm); grao abrasivo oxido de aluminio; com duas telas de reforco em fibra de vidro; conforme nbr 15230; para corte de materiais ferrosos; com validade de 1 ano a partir do recebimento  | Unidade          | 50 | R\$ 7,99     | R\$ 399,50           |
| 35 | Rebolo; Tipo 41 - Disco de Corte; Com Dimensoes 228,6 x 3,2 x 22,22 Mm (9" x 1/8" X7/8"); Grao Abrasivo a (oxido de Aluminio); Com Duas Telas de Fibra de Vidro; Conforme Nbr 15230; para Uso Geral Em Metais Ferrosos; Com Validade Minima de 1 Ano a Partir do Recebimento;  | Unidade          | 20 | R\$ 8,00     | R\$ 160,00           |
| 36 | Rebolo; Tipo 41 - Disco de Corte; Com Dimensoes 304,8 x 3,2 x 19,0 Mm; Grao Abrasivo a (oxido de Aluminio); Com Duas Telas de Fibra de Vidro; Conforme Nbr 15230; para Corte de Materiais Ferrosos;  | Unidade          | 20 | R\$ 9,45     | R\$ 189,00           |
| 37 | Rebolo; tipo 41 - disco de corte; medindo 12" x 1/8" x 5/8"; grao abrasivo a (oxido de aluminio); com duas telas de reforco; conforme nbr 15230; para corte de ferro; com validade de 1 ano a partir do recebimento  | Unidade          | 20 | R\$ 25,00    | R\$ 500,00           |
| 38 | Thinner; Tipo Diluente Líquido Incolor; Embalado Em Lata; 5 Litros   | Galão 5 litros   | 2  | R\$ 80,00    | R\$ 160,00           |
| 39 | Tinta Esmalte para Construção Civil; Sintético; para Para Alvenaria, Madeira, Metais Ferrosos, Alumínio; a Base de a Base de Resina Alquídica, Pigmentos Orgânicos Einorgânicos; Secantes, Aditivos, Solventes Alifáticos, Diluição a Base de Solvente; Na Cor Na Cor Cinza Medio; Acabamento Brilhante; Conforme Conforme Norma Abnt/nbr 11702; | Galão 3.6 litros | 4  | R\$ 125,55   | R\$ 502,20           |
| 40 | Tubo de aco; aco carbono 1010/1020; diam de 1 1/2"; com espessura 2 mm; med. 6 m; com acabamento preto; nbr 8261   | Unidade          | 2  | R\$ 179,20   | R\$ 358,40           |
| 41 | Tubo de Aco; Tipo 1010/1020; Formato Circular; Medindo 38,10 Mm (1 1/2"); Com Espessura 2,65 Mm; medindo 6m; Devendo Ser Entregue Com Acabamento Preto; Conforme Nbr 6591;   | Unidade          | 2  | R\$ 156,00   | R\$ 312,00           |
| 42 | Tubo de Aco; Tipo Industrial Confeccionado Em Aco Carbono Sae 1020, Sem Costura; Formato Circular; medindo 2" (50,80mm - Diâmetro Externo); Com Espessura de Parede de 1/4" (6,35mm); 6 Metros de Comprimento; Devendo Ser Entregue Extremidade Lisa, Extremidades de Corte Reto Livre de Rebarbas; Conforme Norma Abnt Nbr 5590;                | Unidade          | 6  | R\$ 764,60   | R\$ 4.587,60         |
|    |  |                  |    | <b>TOTAL</b> | <b>R\$ 46.510,94</b> |



Documento assinado digitalmente  
**EDINALDO FRANCISCO MANGUEIRA DA SILVA**  
Data: 18/06/2026 14:03:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Edinaldo Francisco Manguiera da Silva  
Chefe de Departamento

## ESP-PENITENCIARIA FEMININA DE MOGI GUACU

# Estudo Técnico Preliminar 17/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00263264/2026-51

## 2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais destinados à execução de obras, reformas e adequações da infraestrutura física necessárias à implantação, ampliação e continuidade do sistema de automação da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu.

A demanda decorre da necessidade de disponibilizar os insumos indispensáveis à execução das intervenções civis, elétricas e estruturais que darão suporte à instalação dos equipamentos e dispositivos que compõem o sistema de automação da Unidade, abrangendo serviços de alvenaria, infraestrutura elétrica, instalação de cabeamento estruturado e fibra óptica, além de demais adequações necessárias à integração dos sistemas.

A implantação e modernização do sistema de automação constituem medida estratégica para o fortalecimento da infraestrutura da Unidade Prisional, proporcionando maior eficiência operacional, confiabilidade dos sistemas, segurança institucional e melhores condições para o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais.

A ausência dos materiais necessários poderá comprometer o cronograma de execução das obras e reformas, ocasionando paralisações, atrasos na implantação do sistema de automação, aumento dos custos decorrentes de retrabalho e prejuízos ao funcionamento da Unidade, além de comprometer a efetividade dos investimentos realizados na modernização da infraestrutura.

Dessa forma, a aquisição dos materiais mostra-se necessária para garantir a continuidade das obras e das adequações previstas, assegurando a correta execução dos serviços, a preservação do patrimônio público, a melhoria das condições de infraestrutura da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu e a adequada implementação do sistema de automação, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público.

## 3. Área requisitante

| Área Requisitante                    | Responsável             |
|--------------------------------------|-------------------------|
| Núcleo de Infraestrutura e Logística | Mayara Tatiane de Souza |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas definidas pela Administração, sendo compatíveis com as obras, reformas e adequações da infraestrutura física necessárias à implantação, ampliação e continuidade do sistema de automação da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu.

Todos os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, sem defeitos de fabricação, apresentar qualidade, resistência, durabilidade e desempenho compatíveis com sua finalidade, atendendo às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), às normas regulamentadoras aplicáveis e às especificações dos fabricantes, quando couber.

A contratação compreende o fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de alvenaria, infraestrutura elétrica, instalação de cabeamento estruturado e fibra óptica, além de materiais para acabamento e montagem de estruturas, abrangendo, entre outros, cimento, tubos e eletrodutos, caixas de passagem, condutores, cabos de fibra óptica, conectores, automatizadores, chapas e barras de

aço, cantoneiras, arames, tubos de aço, chapas metálicas, discos para lixadeira, eletrodos de solda, fundo isolante, thinner, tinta esmalte, chapas de acrílico, rebolos e demais insumos necessários à execução das intervenções previstas.

A contratada será responsável pelo fornecimento, transporte, carga, descarga e entrega dos materiais nas dependências da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu, observando rigorosamente os quantitativos, especificações técnicas, condições de acondicionamento e prazos estabelecidos pela Administração.

Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, identificados e acompanhados da documentação pertinente, quando aplicável. O recebimento será realizado mediante conferência quantitativa e qualitativa pela fiscalização da contratação, podendo ser recusados os materiais que apresentem avarias, defeitos, desconformidade com as especificações técnicas, prazo de validade inadequado (quando aplicável) ou qualquer condição que comprometa sua utilização, devendo ser substituídos pela contratada, sem quaisquer ônus para a Administração.

A contratação deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade, qualidade e continuidade do serviço público, garantindo o fornecimento de materiais adequados à execução das obras e reformas relacionadas ao sistema de automação da Unidade.

## 5. Levantamento de Mercado

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base em levantamento técnico preliminar realizado pela equipe responsável pelo sistema de automação, em conjunto com a Administração da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu, considerando as necessidades identificadas para a execução das obras, reformas e adequações da infraestrutura física necessárias à implantação, ampliação e continuidade do sistema de automação da Unidade.

O levantamento contemplou o escopo das intervenções previstas, os projetos e especificações técnicas, as características dos ambientes que receberão as instalações, bem como os quantitativos estimados dos materiais indispensáveis à execução dos serviços de alvenaria, serralheria, infraestrutura elétrica, instalação de cabeamento estruturado, fibra óptica e demais adequações necessárias ao pleno funcionamento do sistema de automação.

Para a definição da solução, verificou-se a existência de ampla oferta de fornecedores especializados no mercado para o fornecimento dos materiais especificados, não sendo identificadas restrições à competitividade ou limitações que inviabilizem a contratação. Considerando tratar-se de materiais de consumo amplamente comercializados, padronizados e disponíveis no mercado nacional, concluiu-se que a aquisição por meio de contratação de fornecedor especializado constitui a alternativa mais vantajosa para a Administração, assegurando economicidade, competitividade e atendimento às necessidades da Unidade.

Para a composição da estimativa do valor da contratação, foi realizada pesquisa de preços junto a fornecedores especializados nos segmentos de materiais de construção civil, serralheria, infraestrutura elétrica e materiais destinados à implantação de sistemas de automação, em observância aos critérios estabelecidos no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, obtendo-se os valores constantes da planilha de pesquisa de preços que integra o presente processo:

| ORD. | DESCRIÇÃO  | UNI. FOR.             | QTDE | VALOR UN. | TOTAL     |
|------|--|-----------------------|------|-----------|-----------|
| 1    | Bucha c/ parafuso de aço carbono com acabamento zincado, sextavado, rosca total soberba, com diâmetro de 3,9 mm, medindo 45mm de comprimento, com bucha de poliamida, número s 8 | Caixa com 100 Unidade | 1    | R\$ 29,05 | R\$ 29,05 |
| 2    | Abracadeira; Tipo "d"; Com Dimensoes de 1 Polegada; Fabricada Em Aco Galvanizado; Cor Metalica Natural; Com Parafuso, para Fixacao de Eletroduto;                                | Unidade               | 50   | R\$ 1,00  | R\$ 50,00 |



|   |   |                        |    |              |              |
|---|---|------------------------|----|--------------|--------------|
| 3 | Condulete; Multiplo, Tipo X; Em Aluminio Injetado; Categoria Iv; para Eletroduto de Diametro 1" Polegada; Com Vedação; Tampoes Apropriados e Espelho Cego; Medindo Aproximadamente 56x130x56 Mm; Acabamento Polido; Conector do Tipo Unidut Conico, acompanha 3 Conectores Tipo Unidut Conico 1";   | Unidade                | 50 | R\$ 39,95    | R\$ 1.997,50 |
| 4 | Conector Multiplo; Conico; para Caixa de Derivacao e Passagem; Longo,de Aluminio; Medida de 01 Polegada, Sendo Um Lado Com Rosca Bspe Um Com 01 Parafuso para Fixacao do Eletroduto;  | Unidade                | 30 | R\$ 7,29     | R\$ 218,70   |
| 5 | Curva para tubulacao eletrica, de ferro galvanizado a quente, rosca bsp conforme nbr /abnt aplicavel vigente, para ser utilizado em tubulacoes de instalacoes eletricas, com bitola de 1", formando um angulo de 90 graus   | Unidade                | 30 | R\$ 29,50    | R\$ 885,00   |
| 6 | Tubo; Em Aco; Flexivel; Sealtubo; Diametro Nominal de 1 Polegada; Na Cor Preta;   | Rolo 30 metros         | 1  | R\$ 931,50   | R\$ 931,50   |
| 7 | Eletroduto de aco-carbono com rosca bsp dn 25, revestido de zinco por imersao a quente, com solda longitudinal, conforme nbr 5598   | Barra 3 Metros         | 50 | R\$ 75,55    | R\$ 3.777,50 |
| 8 | Cabo de Fibra Optica; para Interligacao de Equipamentos Opticos; Utilizado Em Ambiente Interno/externo; Com Fibra Tipo Drop Composto Por Fibras Opticas Monomodo Bli Itu-t 657 A/b Proof-test 100kpsi Lszh; Taxa de Transmissao de 10 Gbps; Com 1 Fibra Revestidas Por Material Sintetico Dieletrico para Suporte Mecanico/tracao; Norma Nbr 14772, Certificado Anatel;       | Bobina com 1000 metros | 1  | R\$ 624,00   | R\$ 624,00   |
| 9 | Cabo Par Trancado; Cabo Utp Cat6; Cabo 100% Cobre, P/sistemas Cabeamento Estruturado P/ Trafego de Dados, Voz/imagem; Sem Blindagem, Na Cor Branca, Com Marcacao Externametro a Metro; Capa Externa Em Pvc Anti-chama Comclassificacao Cm24 Awg; 4 Pares; Taxa de Transmissao 250 Mhz; Norma Ansi/eia/tia 568-b. 2-1 e Certificacao Anatel, Fornecido Em Caixa Tipo Fast Box; | Caixa com 305 metros   | 1  | R\$ 1.752,00 | R\$ 1.752,00 |

|    |   |            |     |              |              |
|----|---|------------|-----|--------------|--------------|
| 10 | Conectores; para Redes de Alta Performance; Modelo Rj-45 Cat-6 Macho, 8 Vias, Diâmetro do Condutor: 26 a 22 Awg, Tipo de Cabo: U/utp Cat. 6; Fcc 68.5 (emi - Interferência Eletromagnética). cor: Transparente; Material do Corpo do Produto Em Termoplástico Não propagante a Chama UI 94v-0 Até UI 94v-2; Norma Compatível Com Os Padrões de Montagem T568a e T568b; Vias de Contato Produzidas Em Bronze Fosforoso; Compatível Com Cabo Com Camadas de Micrômetros de Níquel e Micrômetros de Ouro, Temperatura de Operação (°c) : -10°c a +; Garantia Contra Defeitos de Fabricação;  | Unidade    | 200 | R\$ 5,00     | R\$ 1.000,00 |
| 11 | Switch; Interconexão de Computadores Em Rede Local; Tipo de Borda, Throughput de Ao Menos 14 Mpps e Capacidade de Switching de 20 Gbps, Gerenciável;; Fonte Bivolt Automático; Monitoramento Snmp V1,v2c e V3. Interface Gráfica de Gerenciamento; Com 08 Portas Rj45 10 /100/1000 Poe IEEE 802.3af Com Auto Negociação de Velocidade e Cabo Auto-mdi /mdix; Com Controle de Fluxo IEEE 802.3x, Jumbo Frames, Agregação de Links Em LACP, Controle de Broadcast; Ipv4, Ipv6, Qos, Vlans, Stp, Rstp, Mstp, Ntp, Dhcp Snooping; Leds de Sinalização para Status; Garantia 12 Meses, Tipo Balcão; Com Manual Técnico; Com Cabo de Alimentação; | Unidade    | 2   | R\$ 1.786,07 | R\$ 3.572,14 |
| 12 | Automatizador; para Portões Deslizantes, Entrada e Saída de Veículos, Auto Fluxo; 110v /220v; 3/4 Hp, Trifásico, C/central Inversora de Frequência P /motor de Indução C/transmissor Código Rolante; Tempo de Abertura/fechamento (3 Metros) 4 Seg. (z17); Rotação do Motor 5800 Rpm, Fim de Curso: Híbrido (analógico e Digital), Engrenagem Externa; Acompanha 03 (três) Cremalheira Barra Industrial de 1,50m e 20 (vinte) Controles Remoto; Prazo de Garantia 12 Meses, Com Certificação Inmetro;   | Unidade    | 2   | R\$ 2.742,00 | R\$ 5.484,00 |
| 13 | Chapa de Acrílico; Com Espessura de 2mm; Medindo 2x1 Metros (cxl); Transparente;  | Unidade    | 1   | R\$ 785,35   | R\$ 785,35   |
| 14 | Cimento Portland Composto (cp li-e); Composto de Escória Granulada de Alto Forno; Com   | Saco 50 KG | 150 | R\$ 44,89    | R\$ 6.733,50 |

|    |  |         |    |            |              |
|----|--|---------|----|------------|--------------|
|    | Resistencia de 32 Mpa; Faixa de Porcent. Em Peso de Clinquer+sulf.calcio 94-56%; e Faixa de Porcentagem Em Peso de Escoria de 6-34%; C/ Faixa de Porcentagem de Material Carbonatico de 0-10%; Embalagem Em Sacos de Papel Tipo "kraft"; Com Limite de Porcentagem de Residuo Insolavel Menor Ou Igual a 2,5%; Com Limite de Porcentagem de Perda Ao Fogo Menor Ou Igual a 6,5%; Com Limite de Porcentagem de Oxido de Magnésio Menor Ou Igual a 6,5%; Com Limite de Porcentagem de Trioxido de Enxofre Menor Ou Igual a 4%; Com Limite de Porcentagem de Anidrido Carbonico Menor Ou Igual a 5%; Com Limite de Tempo de Fim de Pega Menor Ou Igual a 10 Horas; Limite de Expansibilidade a Frio /quente Menor Ou Igual a 5 Mm; Limite de Tempo de Inicio de Pega Menor Ou Igual a 1 Hora; Normatizacao Conforme Nbr 11578, Eb 208, Mb-1153; |         |    |            |              |
| 15 | Arame; Em Aço Atc 1065/1070; Numero para Fabricação de Molas, Com Alta Resistência Mecânica; Com Diametro de 2,00 Mm; Conforme Norma Abnt Nbr 5589;  | Quilo   | 5  | R\$ 42,00  | R\$ 210,00   |
| 16 | Barra chata; de aço carbono astm a - 36; com dimensoes de 2" x 1/2"; para ser utilizado em serralheria; comprimento de 6 metros  | Unidade | 2  | R\$ 276,25 | R\$ 552,50   |
| 17 | Barra Chata; de Aço Carbono Sae 1020; Medindo 3/8" x 1"; para Ser Utilizada Serralheria; Comprimento de 6,0 M;   | Unidade | 2  | R\$ 126,74 | R\$ 253,48   |
| 18 | Barra Chata; de Ferro; Medindo 1" x 3/16" (25,40 x 4,76 Mm); para Ser Utilizada Na Confecção de Janelas; Comprimento de 6,0 Metros;  | Unidade | 4  | R\$ 55,99  | R\$ 223,96   |
| 19 | Barra Chata; de Ferro; Medindo 2" x 3/8" (50,80 x 9,52 Mm); para Ser Utilizada Na Confecção de Peças, Grades; Comprimento de 6,0 Metros;   | Unidade | 12 | R\$ 224,50 | R\$ 2.694,00 |
| 20 | Barra Macica Metais Ferrosos; de Aço 1020; Com Formato Redondo; do Tipo Lisa; Com Comprimento de 6 Metros; Com Dimensoes de 7/8 Polegada; Devendo Ser Entregue Trefilado   | Unidade | 2  | R\$ 189,65 | R\$ 379,30   |
|    |  |         |    |            |              |

|    |   |         |    |            |              |
|----|---|---------|----|------------|--------------|
| 21 | Barra Macica Metais Ferrosos; de Aço Sae-1045; Com Formato Redondo; do Tipo Barra, Trefilada; Com Comprimento de 6 Metros; Com Dimensões de Diâmetro 3/4 Pol.; Devendo Ser Entregue Natural; para Ser Utilizada Em Uso Geral;   | Unidade | 2  | R\$ 202,00 | R\$ 404,00   |
| 22 | Barra Macica Metais Ferrosos; de Aço Sae 1045; Com Formato Redonda; do Tipo Lisa; Com Comprimento de 6,00 M; Com Dimensões de 1"; Devendo Ser Entregue Trefilada; para Ser Utilizada Em Usinagem;   | Unidade | 2  | R\$ 269,60 | R\$ 539,20   |
| 23 | Cantoneira de Abas Iguais; de Aço 1010/1020; Medindo 22,2 Mm x 3,17 Mm (7/8" x 1/8"); para Ser Utilizada Em Serralheria;  | Unidade | 4  | R\$ 62,90  | R\$ 251,60   |
| 24 | Chapa de Aço; Em Aço Sae 1020; Med. 2,60 x 1,00 M; Com 3,17mm (1/8"); Isenta de Riscos; Lisa;   | Unidade | 3  | R\$ 568,98 | R\$ 1.706,94 |
| 25 | Chapa de ferro; med. 2,0 x 1,0 m; c/ espessura de 1,90 mm chapa 14; modelo lamina fina a quente; lisa   | Unidade | 3  | R\$ 315,30 | R\$ 945,90   |
| 26 | Disco lixa; de óxido de alumínio; com diâmetro de 114,3 mm (4 1/2"); com diâmetro do furo central de 22,22 mm (7/8"); do tipo seco, com espessura de 1,6 mm; com granulometria número com reforço de 2 telas; para desbaste de corte de aços inoxidáveis em geral e aços e suas ligas | Unidade | 30 | R\$ 5,49   | R\$ 164,70   |
| 27 | Disco para lixadeira; disco de corte de óxido de alumínio p/materiais ferrosos e não ferrosos, c/ laterais raiadas.; 7" x 1/16" x 7/8" - grana: 30; para lixadeiras angulares   | Unidade | 50 | R\$ 7,30   | R\$ 365,00   |
| 28 | Disco para Lixadeira; Disco de Desbaste de Óxido de Alumínio, para Aço Inox e Aço Carbono, com 4 Telas de Proteção; Medindo 7" x 1/4" x 7/8" - Grana: 24; para Esmerilhadeira Angular;  | Unidade | 50 | R\$ 8,90   | R\$ 445,00   |
| 29 | Eletrodo de solda; carbono 0,06%, silício 0,3%, manganês 0,5%; diâmetro de 2,5mm, tipo vareta,  | Quilo   | 15 | R\$ 30,00  | R\$ 450,00   |

|    |   |           |    |            |              |
|----|---|-----------|----|------------|--------------|
|    | 350mm comprimento; posicao para soldagem todas, embalagem em caixa; para soldagem de aco baixo e medio carbono - awsa5.1-e6013  |           |    |            |              |
| 30 | Eletrodo de solda; composto de carbono 0,06%, silicio 0,3%,manganes 0,5%; diametro 3,25mm, comprimento 350mm; tipo vareta; para soldagem em acos estruturais  | Quilo     | 15 | R\$ 30,79  | R\$ 461,85   |
| 31 | Fundo Isolante para Pintura; a Base de Resinas Alquidicas Semi-secativas, Pigmentos, Cargas Inertes, Solventes, Nao Contem Benzeno; para Ser Utilizado Em Materiais Ferrosos; Na Cor Laranja; Rendimento Minimo de 30m2; de Acordo com a Nbr 11702 de 07/10 Tipo 4.1.2.2;     | Galão 3.6 | 3  | R\$ 73,73  | R\$ 221,19   |
| 32 | Perfil U; de Aco Sae 1010/1020; Com Espessura de 2,65 Mm; Com Dimensoes de 100 x 50 Mm; Devendo Ser Entregue Enrijecido; Com Comprimento de 6 Metros;   | Unidade   | 4  | R\$ 252,72 | R\$ 1.010,88 |
| 33 | Rebolo; Tipo 27, Disco de Desbaste; Medindo 7" x 1/4" x 7/8"; Grao Abrasivo Oxido de Aluminio; Conforme Nbr 15230; para Desbaste de Metais Ferrosos; Com Validade de 1 Ano a Partir do Recebimento;   | Unidade   | 25 | R\$ 8,90   | R\$ 222,50   |
| 34 | Rebolo; tipo 41 - disco de corte; 7" x 1/8" x 7/8" (180,0 x 3,2 x 22,2 mm); grao abrasivo oxido de aluminio; com duas telas de reforco em fibra de vidro; conforme nbr 15230; para corte de materiais ferrosos; com validade de 1 ano a partir do recebimento                 | Unidade   | 50 | R\$ 7,99   | R\$ 399,50   |
| 35 | Rebolo; Tipo 41 - Disco de Corte; Com Dimensoes 228,6 x 3,2 x 22,22 Mm (9" x 1/8" X7/8"); Grao Abrasivo a (oxido de Aluminio); Com Duas Telas de Fibra de Vidro; Conforme Nbr 15230; para Uso Geral Em Metais Ferrosos; Com Validade Minima de 1 Ano a Partir do Recebimento; | Unidade   | 20 | R\$ 8,00   | R\$ 160,00   |
| 36 | Rebolo; Tipo 41 - Disco de Corte; Com Dimensoes 304,8 x 3,2 x 19,0 Mm; Grao Abrasivo  | Unidade   | 20 | R\$ 9,45   | R\$ 189,00   |

|    |  |                  |    |              |                      |
|----|--|------------------|----|--------------|----------------------|
|    | a (óxido de Alumínio); Com Duas Telas de Fibras de Vidro; Conforme Nbr 15230; para Corte de Materiais Ferrosos;  |                  |    |              |                      |
| 37 | Rebolo; tipo 41 - disco de corte; medindo 12" x 1 1/8" x 5/8"; grau abrasivo a (óxido de alumínio); com duas telas de reforço; conforme nbr 15230; para corte de ferro; com validade de 1 ano a partir do recebimento  | Unidade          | 20 | R\$ 25,00    | R\$ 500,00           |
| 38 | Thinner; Tipo Diluente Líquido Incolor; Embalado Em Lata; 5 Litros   | Galão 5 litros   | 2  | R\$ 80,00    | R\$ 160,00           |
| 39 | Tinta Esmalte para Construção Civil; Sintético; para Para Alvenaria, Madeira, Metais Ferrosos, Alumínio; a Base de a Base de Resina Alquídica, Pigmentos Orgânicos Inorgânicos; Secantes, Aditivos, Solventes Alifáticos, Diluição a Base de Solvente; Na Cor Na Cor Cinza Médio; Acabamento Brilhante; Conforme Norma Abnt/nbr 11702; | Galão 3.6 litros | 4  | R\$ 125,55   | R\$ 502,20           |
| 40 | Tubo de aço; aço carbono 1010/1020; diam de 1 1/2"; com espessura 2 mm; med. 6 m; com acabamento preto; nbr 8261   | Unidade          | 2  | R\$ 179,20   | R\$ 358,40           |
| 41 | Tubo de Aço; Tipo 1010/1020; Formato Circular; Medindo 38,10 Mm (1 1/2"); Com Espessura 2,65 Mm; medindo 6m; Devendo Ser Entregue Com Acabamento Preto; Conforme Nbr 6591;   | Unidade          | 2  | R\$ 156,00   | R\$ 312,00           |
| 42 | Tubo de Aço; Tipo Industrial Confeccionado Em Aço Carbono Sae 1020, Sem Costura; Formato Circular; medindo 2" (50,80mm - Diâmetro Externo); Com Espessura de Parede de 1/4" (6,35 mm); 6 Metros de Comprimento; Devendo Ser Entregue Extremidade Lisa, Extremidades de Corte Reto Livre de Rebarbas; Conforme Norma Abnt Nbr 5590;     | Unidade          | 6  | R\$ 764,60   | R\$ 4.587,60         |
|    |  |                  |    | <b>TOTAL</b> | <b>R\$ 46.510,94</b> |

Os quantitativos e o valor estimado da contratação foram definidos com base em levantamento técnico realizado pela Unidade e em pesquisa de preços elaborada em conformidade com o artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com os critérios previstos no artigo 3º do Decreto Estadual nº 67.888/2023.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução identificada como mais adequada consiste na aquisição de materiais de alvenaria destinados à execução das reformas e adequações estruturais necessárias ao pleno funcionamento da Unidade Prisional.

A solução adotada apresenta-se como alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando a necessidade de atendimento direto da demanda administrativa identificada.

A aquisição dos materiais permitirá:

- I – melhoria das condições estruturais da Unidade;
- II – manutenção das condições adequadas de segurança institucional;
- III – preservação das instalações físicas utilizadas pelos servidores;
- IV – prevenção de deterioração estrutural;
- V – redução de custos decorrentes de futuras manutenções emergenciais;
- VI – maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1.1 A estimativa das quantidades foi definida com base em levantamento técnico preliminar realizado pela Administração da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu, considerando as necessidades identificadas para execução de serviços de manutenção predial, reformas e adequações estruturais da Unidade Prisional, especialmente nas áreas relacionadas à Torre da Guarda e demais setores que necessitam de intervenções estruturais.

Para a execução das adequações pretendidas, estimou-se a necessidade de aquisição de materiais de alvenaria, incluindo cimento, argamassa colante, areia, pedrisco, barras metálicas e rejunte, em quantitativos compatíveis com as demandas estruturais atualmente identificadas pela Unidade.

Os quantitativos estimados foram definidos considerando as características das intervenções planejadas, as condições atuais da infraestrutura física da Unidade, a necessidade de preservação das condições de segurança e funcionalidade das instalações, bem como a continuidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas no estabelecimento penal.

Ressalta-se que os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo e referencial, podendo sofrer adequações durante a execução das intervenções, conforme necessidade técnica e operacional identificada pela Administração, observados os limites legais e contratuais aplicáveis.

1.2 A tabela com os quantitativos estimados encontra-se no item 5 – Levantamento de Mercado

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 27.994,80

O valor estimado da contratação corresponde a R\$ 27.994,80 (vinte e sete mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos), conforme levantamento preliminar de preços realizado pela Administração.

A estimativa foi elaborada considerando os quantitativos necessários para atendimento das necessidades estruturais identificadas pela Unidade.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Considerando a natureza do objeto e a possibilidade de fornecimento por empresa especializada do ramo, o fornecimento poderá ocorrer de forma integral ou parcelada, conforme necessidade administrativa e disponibilidade operacional da Unidade.

A definição da forma de fornecimento observará critérios de conveniência administrativa, armazenamento dos materiais e cronograma de execução das adequações estruturais.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução do objeto pretendido

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades administrativas e operacionais da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu, considerando as demandas contínuas de manutenção, conservação e adequação da infraestrutura física da Unidade Prisional.

A aquisição dos materiais de alvenaria visa assegurar condições adequadas de segurança, funcionalidade, salubridade e conservação das instalações utilizadas nas atividades administrativas e operacionais, especialmente nas intervenções relacionadas à Torre da Guarda e demais setores que necessitam de adequações estruturais.

A contratação está em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, contribuindo para a preservação da infraestrutura da Unidade e para a continuidade adequada dos serviços públicos prestados.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Com a presente contratação, pretende-se promover melhorias na infraestrutura física da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu, assegurando condições adequadas de segurança, funcionalidade, conservação e salubridade das instalações da Unidade.

A aquisição dos materiais de alvenaria permitirá a execução de reformas e adequações estruturais necessárias, especialmente na Torre da Guarda e demais setores que demandam intervenções físicas, contribuindo para melhores condições de trabalho aos servidores e adequado desenvolvimento das atividades operacionais e administrativas.

A contratação também proporcionará redução de riscos estruturais, prevenção de deterioração das instalações físicas, diminuição da necessidade de manutenções emergenciais e melhor aproveitamento dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Para a adequada formalização da contratação, a Administração deverá adotar as providências necessárias à instrução processual, incluindo a elaboração do Termo de Referência, realização da pesquisa de preços, emissão de reserva orçamentária e formalização da contratação.

Também deverá ser designado servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento do fornecimento dos materiais, visando assegurar o cumprimento das condições estabelecidas e a adequada execução do objeto contratado.

A Administração realizará o acompanhamento da entrega, conferência e recebimento dos materiais, observando os quantitativos, especificações técnicas e condições previstas no processo administrativo.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A utilização dos materiais de alvenaria poderá gerar resíduos provenientes das atividades de construção civil, tais como sobras de materiais, embalagens e entulhos decorrentes das intervenções estruturais realizadas na Unidade.



Visando minimizar possíveis impactos ambientais, deverão ser adotadas medidas adequadas de armazenamento, utilização e descarte dos materiais, observando-se, sempre que possível, práticas voltadas à sustentabilidade e à correta destinação dos resíduos gerados.

Os materiais fornecidos deverão atender às normas técnicas e ambientais aplicáveis, quando cabíveis, contribuindo para a adequada execução das atividades de reforma e manutenção predial da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe se declara viável a esta contratação mediante ao exposto neste documento.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELA PELUQUE DE CAMPOS MARTINATTI OLIVEIRA**

Pregoeiro